NOVA ESQUERDA SOCIAL-LIBERAL*

LUIZ CARLOS BRESSER PEREIRA

Desde a derrota do nazismo, não existe espaço para a extrema-direita, e desde a queda do muro de Berlim, o socialismo de Estado e a extrema-esquerda que com ele se associou, embora estivessem tão distantes, perderam a razão de ser. Mas os conceitos de esquerda e de direita, para definir governos mais progressistas ou mais conservadores, de centro-esquerda ou de centro-direita, continuam essenciais para o debate político. Podemos definir esquerda e direita de diversas formas: como dar ou não dar prioridade à igualdade, nos termos de Bobbio; como o Estado estar aliado às forças econômicas ou às forças sociais, segundo Touraine; ou como a disposição ou não de arriscar a ordem em nome da igualdade, conforme minha proposta.[1] Não vou aqui discutir as três definições, que são abstratas e equivalentes. Vou partir delas para discutir o que é a centro-esquerda moderna, que vem sendo chamada de nova esquerda, de terceira via, de social-liberalismo, de social-democrática moderna, de social-democracia "dois e meio" (um meio à esquerda da terceira via segundo os franceses) etc. Pode-se falar de uma centro-esquerda moderna, em uma nova esquerda? Como se distingue esta da centro-direita? E da direita neoliberal? E qual a diferença desses conceitos nos países latino-americanos em relação aos países europeus?

Começo adiantando minha resposta à última questão. A diferença está no fato de que o espectro deve deslocar-se um grau para o passado no nosso caso. A nova social-democracia européia continua a ter como base política os trabalhadores sindicalizados e a burocracia, e ainda caracteriza-se pela negociação corporativa entre a classe capitalista e a trabalhadora, com a intermediação do Estado e pela ação compensatória do Estado em relação à distribuição de renda, mas deixou de pensar

1 Ver Bobbio (1994), Touraine (1998), Bresser Pereira (1996). Na minha visão, dois dos quatro objetivos políticos das sociedades contemporâneas são relevantes para distinguir a esquerda da direita: a ordem e a justiça social. Liberdade e desenvolvimento, por mais que os defensores de cada corrente os reclamem para a sua, não são determinantes do conceito.

* Texto apresentado a seminário sobre a terceira via inglesa, organizado pela Federação das Indústrias do Rio de Janeiro, 11 de novembro, 1998.

nele como produtor de bens e serviços e executor direto das políticas sociais, enquanto a centro-esquerda no Brasil ainda confunde socialismo com estatismo e adota um corporativismo burocrático militante. Na verdade, mesmo dentro da Europa, desde que nos lembremos que os conceitos de esquerda e direita são relativos a um centro que se move ora para a direita, ora para a esquerda, não é possível avaliar os diversos regimes pelos mesmos parâmetros. Na Inglaterra, Blair e o novo trabalhismo são esquerda em relação à direita tatcherista, mas o novo trabalhismo está à direita da social-democracia francesa ou alemã atual, da mesma forma que os conservadores ingleses estão claramente à direita dos seus correspondentes na França e na Alemanha. Em outras palavras, se pensarmos em um contínuo, o centro está mais à direita na Inglaterra do que na França ou na Alemanha, e estas mais à direita do centro brasileiro ou latino-americano.[2] Mas o fato de o centro ter caminhado para a direita até recentemente (há indicações de que o processo inverso está em curso, com o controle dos partidos de centro-esquerda dos governos de treze dos quinze países da União Européia, e com as duas últimas eleições nos Estados Unidos) não significa que os trabalhistas não sejam esquerda na Inglaterra, como a esquerda continental com freqüência afirma, ou que a esquerda na América Latina seja apenas constituída da esquerda corporativa e estatista. É claro que para alguém de extrema-esquerda ou da esquerda arcaica, todos os demais partidos, inclusive os de oposição, estão na direita, enquanto a recíproca é verdadeira para alguém de extrema-direita, mas não estou interessado em extremos.

Por outro lado, é claro que se pode falar em uma nova esquerda. A esquerda e a direita não são conceitos fixos nem em termos de país para país nem em termos históricos. Sempre é possível falar em uma nova esquerda e em uma nova direita. Porquanto a história muda, a economia capitalista passa por transformações aceleradas, as ideologias assumem novas conotações. No início dos anos 70 falava-se de uma nova esquerda, que criticava o comunismo, mas essa nova esquerda pouco tem a ver com a atual.

Existe, na verdade, uma dificuldade enorme de ver o novo, tanto à esquerda quanto à direita. O Novo Trabalhismo inglês tem sido especialmente vítima dessa miopia. Não é apenas a esquerda continental que nega Blair uma posição na esquerda, também a direita representada pelo *The Economist* faz o mesmo. Há alguns meses, quando o Novo Trabalhismo cumpriu um ano no governo, a notável revista conservadora publicou um editorial com o título jocoso, em que afirmava que o Novo Trabalhismo não passava de "thatcherismo aguado".[3] Publicou no mesmo número uma reportagem no mesmo estilo descrevendo um seminário que o Partido Traba-

2 Na Alemanha, por exemplo, conforme Streeck (1998: 238-241), o regime econômico e político ali existente "reflete um complexo compromisso histórico entre o capitalismo liberal, introduzido depois da Segunda Guerra Mundial, e duas forças contrabalançadoras diferentes, a social-democracia e a democracia-cristã". Disto resultou que "os mercados sejam instituídos politicamente e regulados socialmente, e vistos como criação das políticas públicas desenvolvidos para servir objetivos públicos". Ora, nestas circunstâncias o centro tem que estar mais à esquerda do que nos países anglo-saxões, onde esse compromisso nunca foi logrado, nem o mercado é assim visto.

3 *The Economist* (1998).

lhista então realizou, conduzido por Anthony Giddens. Em compensação, publicava um "especial report" em que analisava séria e objetivamente o primeiro ano de governo. Diante da contradição entre esta matéria e as duas anteriores, escrevi uma carga à revista, publicada três semanas após, em que enumerava oito pontos existentes no "especial report" claramente progressistas, que contradiziam diretamente o editorial. E concluí: "Isto não é nova direita thatcherista, nem velha esquerda populista. Este é um governo que acredita no mercado antes do que no Estado, mas não é dogmaticamente pró-mercado como a Sra. Thatcher. O que nós estamos vendo na Grã-Bretanha é a esquerda moderna. Como Anthony Giddens observou (no mesmo número do *The Economist*), trata-se de social-liberalismo orientado para o mercado, que vai além do neoliberalismo da nova direita e da social-democracia da velha esquerda."

Nas democracias modernas a luta é sempre pelo centro. Por isso os partidos tanto de esquerda quanto de direita tendem para o centro: aquele que consegue os votos do centro, que está sempre se movendo para um lado ou para outro, ganha o governo. Por isso não existe uma grande diferença entre os partidos de centro-esquerda e de centro-direita. Por isso as alternâncias de poder, essenciais para a democracia, não são traumáticas. Ms isto não significa que não haja diferenças. Posso ver hoje, além das duas extremas, uma esquerda, uma centro-esquerda, uma centro-direita e uma direita. Os partidos não se enquadram perfeitamente em apenas uma destas categorias, mas no Brasil, por exemplo (deixando de lado, para simplificar, a palavra "centro", que fica subentendida), é distinguindo a nova da velha esquerda e direita, é possível afirmar que: o PT é velha esquerda, embora os sinais de sua modernização sejam evidentes; o PSDB, nova esquerda, embora a presença da nova direita seja inegável; o PFL, nova direita, ainda que com o ranço clientelista da velha direita; e no PTB domina a velha direita, embora a nova direita esteja presente. Não existe no Brasil um partido que possa ser classificado na nova direita neoliberal — ou seja, de nova direita radical —, nenhum partido brasileiro ousa propor o Estado mínimo, como também não existe na França ou na Alemanha, mas existe na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos.

Mas será possível definir essas tendências? Muito sumariamente, a velha direita, além de priorizar a ordem estabelecida em qualquer circunstância, é nacionalista e tradicionalista, enquanto a nova direita é inovadora e pró-mercado (quando neoliberal, radicalmente pró-mercado). Já a velha esquerda é corporativista e estatista, enquanto a nova esquerda é pró-mercado, mas quer reconstruir o Estado para que esse possa compensar as falhas do mercado.

Para ser mais específico, entretanto, proponho comparar apenas três tendências ideológicas: a velha centro-esquerda, a nova centro-esquerda e a nova centro-direita, conforme fez Anthony Giddens recentemente.[4] Não terei, entretanto, como referência a Grã-Bretanha ou a Europa, mas o Brasil ou a América Latina. E os critérios que

4 Giddens (1998a, 1998b). O autor usa três correntes — *Social-democracy*: a velha esquerda; *Neoliberalism:* a nova direita; e *Third Way*: a centro-esquerda, que estou denominando, neste artigo a nova esquerda.

utilizarei serão diversos, na medida em que o centro está mais para a direita e é menos clientelista nos países desenvolvidos.

Os critérios que utilizarei são: que classe controla o partido, qual o papel do Estado, o que significa reformá-lo, a quem cabe realizar os serviços sociais do Estado, qual a visão da previdência social, qual a política macroeconômica a ser adotada, e qual a perspectiva internacional. As diferenças estão resumidas na tabela. Vamos examiná-las uma a uma, de forma breve.

Critérios	Velha Centro-Esquerda	Nova Centro-Esquerda	Nova Centro-Direita
Controle de Classe	Burocratas	Burocr./Capitalista	Capitalistas
Papel do Estado	Principal	Complementar	Secundário
Reforma Estado	Manter burocrático	Tornar gerencial	Reduzir
Execução Serviços Sociais	Burocracia	Terceiro Setor	Privada
Previdência Social	Estatal	Estatal/Privada	Privada
Política Econômica	Populista	Keynesiana	Neoclássica
Globalização	Ameaça	Desafio	Oportunidade

Controle de Classe. A esquerda, no século vinte, sempre pretendeu falar em nome dos trabalhadores. Em parte conseguiu. Mas sua base social mais importante, e praticamente todas as suas lideranças, vieram da classe média burocrática emergente. A forma extrema desse fenômeno ocorreu na União Soviética, mas em toda parte, tanto nos países centrais, onde se desenvolveu o Estado do Bem-Estar, como nos países em desenvolvimento, onde tivemos o Estado Desenvolvimentista, o modelo geral de Estado que engloba os três foi o Estado Social-Burocrático, que, de fato, logrou alguma distribuição de renda, mas o fez principalmente para a própria classe média que o controlava em associação com a burguesia.[5] O corporativismo da velha esquerda é intrínseco a uma ideologia que buscava abrir espaço político e econômico para uma nova classe em emergência. Na verdade, a burocracia expandiu-se de forma extraordinária neste século, tornou-se complexa e dividida, ao mesmo tempo que assumia crescentemente o comando das organizações públicas e privadas. Este fato a tornou onipresente e diluiu as relações de classe, já que a divisão que caracteriza internamente a burocracia é a das camadas e estratos. Dificulta as identificações de classe, mas não as anula. A nova esquerda é também constituída principalmente pela burocracia, mas tem ainda identidade suficiente para reconhecer-se a si mesma como tal e para partilhar de forma mais explícita o poder com a

5 Goodin e Le Grande (1987) demonstraram com clareza como a classe média burocrata se apropria de uma parte considerável dos benefícios que o Estado do Bem-Estar proporciona.

classe capitalista, ao mesmo tempo que procura ver os trabalhadores como parceiros e competidores, ao invés de afirmar que está falando em seu nome, como pretende a velha esquerda. Os quadros da nova direita são também principalmente originados da classe média burocrática, mas usa aliança e subordinação ideológica à burguesia e seu traço característico.

Papel do Estado. Para a nova esquerda o Estado deixa de desempenhar o papel principal na coordenação da economia — papel que a velha esquerda sempre lhe atribuiu — e reconhece que essa função cabe ao mercado. Por isso afirma que um dos papéis essenciais do Estado é assegurar a competição, que as empresas professam como valor mas não praticam sempre que podem. Ao mesmo tempo, afirma as limitações do Estado não apenas na distribuição de renda: também na alocação de recursos, na garantia da estabilidade da economia, e na promoção do desenvolvimento. Nesse sentido, o Estado não tem um papel secundário — o menor possível — como quer a nova direita, mas um papel complementar e estratégico em relação ao mercado na coordenação econômica.

Reforma do Estado. Enquanto a reforma do Estado faz pouco sentido para a velha esquerda, que vê nessa expressão apenas uma ameaça, e para a nova direita tem o sentido de reduzir o tamanho do Estado, de *dowsizing*, para a nova esquerda reformar o Estado significa basicamente três coisas: (1) reconstruí-lo — já que ele foi vítima de uma captura generalizada por capitalistas e burocratas — dotando-o de um núcleo estratégico com capacidade de decisão, recuperando suas finanças, e implantando uma administração pública gerencial ao invés de burocrática; (2) delimitar seu papel, transferindo para o setor privado as empresas e para o setor público não-estatal seus serviços sociais, de forma a aumentar a competição; e (3) aprofundar a democracia, fortalecendo as instituições democráticas não apenas da democracia representativa mas também as de democracia direta, como o referendo e os mecanismos de controle social, ao mesmo tempo que se promove a democratização da própria sociedade civil em que o regime democrático está apoiado.[6] Uma preocupação fundamental da nova esquerda é combater a captura do Estado, sua privatização por interesses particulares, o *rent-seeking*, por parte da burocracia, como ocorre com freqüência com a velha esquerda, ou por parte da classe capitalista, como é facilitado quando a direita está no poder, especialmente a velha esquerda. Na reforma do Estado o objetivo de garantir o direito do cidadão de que os bens públicos não sejam capturados privadamente é tão importante quanto o de tornar o Estado mais eficaz e eficiente, e mais democrático.

Execução dos Serviços Sociais. A velha esquerda, que, da mesma forma que a nova, defende o direito universal à educação básica e à saúde, sempre supôs que isso significava o fornecimento direto, pelo próprio Estado, desses serviços. Montou, assim, um sistema de oferta de serviços sociais estatais, conduzidos por médicos e enfermeiras, professores e pesquisadores que são servidores públicos, que têm o

6 Sobre a reforma do Estado e sobre o tema seguinte, relativo à execução dos serviços sociais para o setor público não-estatal ver Bresser Pereira (1998a). Sobre o papel crescente da sociedade civil, que deixa de ser objeto para ser sujeito da reforma do Estado, ver Bresser Pereira (199b).

mesmo estatuto jurídico daqueles que exercem funções exclusivas de Estado em que o poder de Estado está envolvido. Isto amarrou os serviços sociais às normas burocráticas rígidas, além de tornar inviável a competição entre os serviços, resultando daí elevados custos e completa ineficiência. A nova esquerda, mantendo a gratuidade dos serviços, faz duas modificações: primeiro, vai aos poucos os transferindo para o setor público não-estatal; segundo, passa a controlá-los pelo lado da demanda, dando a maior liberdade aos cidadãos para escolher o hospital ou a escola, e, assim, os torna competitivos entre si. A nova direita adota a mesma estratégia administrativa, mas apenas como segundo melhor (*second best*). Seu primeiro melhor é privatizar esses serviços, e deixar por conta das famílias (que teriam salários mais altos devido à diminuição dos impostos) seu pagamento. A nova esquerda recusa essa alternativa porque sabe que o mercado não beneficia os mais pobres, que o são exatamente porque sua oferta de mão-de-obra é maior do que sua procura no mercado, resultando daí salários muito baixos. É isto que o Estado deve compensar. E porque sabe que o desenvolvimento depende do capital humano: e capital humano é principalmente educação e saúde. Gastar bem em saúde e educação através de organizações públicas não-estatais competitivas é investir para o futuro.

Previdência Social. A velha esquerda pensa sempre em uma previdência social estatal, administrada e garantida pelo Estado. Senão para todos, pelos menos para os servidores públicos. A nova direita quer privatizar todo o sistema, como ocorreu no Chile. A nova esquerda recusa o modelo chileno, que estabelece um risco inaceitável para os mais pobres e para o Estado, que poderá ser obrigado a socorrer a previdência privada, e defende uma previdência básica estatal, que funciona como um tipo de renda mínima, e uma previdência complementar estatal. Já que a previdência básica deve permanecer estatal, já que representa uma garantia ou um último recurso para impedir a miséria dos idosos, deve continuar a ser financiada por um sistema de repartição: o Estado não é competente para gerir um sistema de capitalização nem seus contribuintes estão dispostos (ou têm condições mínimas) para aceitar uma redução das pensões no caso de o fundo ser mal gerido. Quando a nova direita se dá conta de que o modelo chileno é muito perigoso, aceita a idéia de uma previdência básica estatal, mas quer reduzir o seu nível (medido geralmente em termos de salários mínimos), ao mínimo possível.

Política Econômica. A velha esquerda, quando desiste da revolução e passa a se preocupar com a política econômica, pretende-se sempre keynesiana, mas na prática tende a comprometer-se, em diversos graus, com o populismo econômico. Imagina que ser keynesiana significa incorrer em déficits públicos crônicos. Cede com facilidade às pressões sociais. Em conseqüência, os fantasmas da crise fiscal, da inflação e da crise de balanço de pagamentos estão sempre rondando. O populismo econômico, entretanto, está longe de ser exclusividade da esquerda. Os episódios de populismo econômico por parte de uma direita tradicional são incontáveis. Já a nova direita é neoclássica, a favor da total abertura dos mercados, e de uma política macroeconômica monetarista, que geralmente descamba em juros altos. Em oposição, a nova esquerda é keynesiana. Como a nova direita, quer uma política fiscal ortodoxa, porque sabe que não há forma mais fácil de enfraquecer o Estado do que levando-o ao déficit e ao endividamento. Mas não tem a mesma fé que a nova direita

no mercado, que é especulativo e imperfeito por natureza. Assim, a nova esquerda propõe duas coisas fundamentais: regular os mercados, reduzindo suas distorções, e realizar uma política macroeconômica flexível, que saiba quando é a hora de diminuir e a de aumentar as despesas (ou diminuir os impostos), de desvalorizar ou de permitir a valorização do câmbio, de elevar os juros ou preferivelmente baixá-los. A inflação é para a nova esquerda um mal maior, mas quando a inflação está em nível muito baixo pode ser considerado um *trade-off* entre maior inflação e uma diminuição do emprego, devendo essa permuta ser considerada caso a caso, ao invés de recusada com dogmatismo.

Globalização. Para a velha esquerda a globalização é uma ameaça. É quase uma conspiração das empresas multinacionais ou dos países desenvolvidos. É a ideologia do mercado mundial e da perda inevitável de autonomia dos Estados nacionais. Ora, conforme observou recentemente D'Alema, "encarar a globalização apenas como ameaça conduz à idéia de que não existem opções exceto reforçar nossas defesas e simplesmente resistir ao avanço da realidade."[7] Para a nova direita a globalização é uma oportunidade de inserção no mercado internacional e de contar com a poupança internacional para financiar o desenvolvimento interno. Para a nova esquerda a globalização é um fato e um desafio, que a leva: não a recusar a competição e fechar-se dentro de suas fronteiras, como quer a velha esquerda, mas buscar tornar sua economia nacional competitiva internacionalmente; não a considerar a perda de autonomia do Estado inevitável, mas a fortalecê-lo fiscal, administrativa e politicamente, para que ele possa compensar as distorções provocadas por um mercado mundial e por uma volatilidade extraordinária dos fluxos financeiros; e a procurar controlar e taxar os fluxos especulativos de capital (imposto Tobin, cuja adoção o presidente Fernando Henrique Cardoso propôs recentemente de maneira formal), ao invés de dirigir invectivas contra o fenômeno, como faz a velha esquerda, ou considerá-lo bem-fazejo, como quer a nova direita.

Em conclusão, existe portanto uma centro-esquerda moderna, uma nova esquerda, que não se confunde com a velha esquerda burocrática e corporativista nem com a nova direita radical e subordinada ao capital. Uma centro-esquerda que sabe que o único sistema econômico possível hoje é o capitalista. Portanto, precisa administrar o capitalismo melhor do que os capitalistas. Precisa administrá-lo de forma não apenas mais justa: também mais eficiente. Para isto não conta com fórmulas mágicas, sequer óbvias. E sua diferença com o centro-direita não é muito grande, já que os partidos de uma e outra tendência têm sempre que disputar o centro, e, para isto, caminhar respectivamente para a direita se estiverem à esquerda, e para a esquerda se à direita. Além disso, ainda que possamos adotar uma definição abstrata e geral de esquerda e direita, não podemos, nos casos concretos, adotar um padrão de centro-esquerda (ou de centro-direita) único com o qual medir todos os casos. Na

7 D'Alema (1998). Nesse mesmo texto o primeiro-ministro italiano afirma que a globalização é uma oportunidade a ser aproveitada. Que a globalização econômica precisa se fazer acompanhada da globalização dos direitos. E que "pela primeira vez é concebível uma esquerda mundial". Uma esquerda social-democrática moderna, naturalmente.

verdade o centro é móvel e varia de país para país: secularmente tem caminhado para a esquerda, mas muitas vezes oscila para a direita como aconteceu com a onda neoliberal, que só recentemente perdeu força.

A mudança do pêndulo ideológico vem ocorrendo no transcorrer desta década. Ela abre perspectivas extraordinárias para a nova esquerda, especialmente se ela for capaz de unir forças, organizar melhor seu discurso, demonstrar que é capaz de governar com responsabilidade, garantindo o investimento privado, o financiamento eterno quando necessário, e o investimento do Estado em capital humano para que haja desenvolvimento, ao mesmo tempo que se preocupa com a eliminação da fome e da exclusão social, que são realidades muito presentes na periferia do centro capitalista, e combate com todas as forças a apropriação privada do Estado por capitalistas e burocratas.

Essa nova centro-esquerda pode receber diversos nomes. Eu tenho preferido chamá-la de esquerda social-democrática moderna ou de esquerda social-liberal, ainda que essa expressão também agrade a representantes da nova direita, a qual, no entanto, é mais liberal do que social. Prefiro chamá-la esquerda social-liberal porque, ao contrário da tese da velha esquerda estatista, o liberalismo não é o inimigo: representa um avanço na história da humanidade que precisa ser preservado. Foi através dele que os direitos civis e os direitos políticos foram conquistados. Como também o socialismo não pode ser descartado, nem identificado com o estatismo, mas visto como a ideologia e o movimento político democrático que garantiram os direitos sociais. Por isso, como aos direitos civis e políticos foi preciso adicionar os direitos sociais, ao liberalismo é necessário adicionar o socialismo, e propor que a ideologia da nova centro-esquerda seja a do social-liberalismo. Por isso, a nova esquerda não pode ser apenas social, mas social-liberal: comprometida com a igualdade econômica possível — que é muito maior do que geralmente se admite na América Latina —, e decidida a promover a competição no mercado, que estimula a iniciativa e controla a eficiência das ações econômicas.

Referências

BOBBIO, Norberto (1994) *Destra e Sinistra*. Roma: Donzelli Editore. Existe tradução para o português.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos (1996) "Social-Democracia e Esquerda no Fim de Século". *Idéias e Debates* n. 1, Instituto Theotônio Vilela, PSDB, 1996. Publicado em *Lua Nova — Revista de Cultura e Política*, nº 39, 1997, com o título "Por um Partido Democrático, de Esquerdo e Contemporâneo".

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos (1998a) *Reforma do Estado para a Cidadania*. São Paulo: Editora 34.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos (1998b) "Sociedade Civil: Sua Democratização para a Reforma do Estado". Texto apresentado no III Congresso do CLAD, Madri, outubro 1998. Caderno MARE, sem número, novembro 1998. A ser publicado *in* Wilheim, Sola e Bresser Pereira, orgs. (1999).

D'Alema, Massimo (1998) "A Globalização está Criando uma Esquerda Global". *O Estado de S. Paulo,* 8 de novembro, 1998.

Economist, The (1998) "The strangest Tory ever sold". *The Economist*, 2 de maio, 1998.

GIDDENS, Anthony (1998a) "After the Left Paralysis". *The New Statesman* 1º de maio, 1998.

GIDDENS, Anthony (1998b) *The Third Way. Oxford: Polity Press.*

GOODIN, Robert E. e Julian Le Grand (1987) "Introduction". *In* Goodin, Robert E. e Julian Le Grand, orgs. (1987).

GOODIN, Robert E. e Julian Le Grand, orgs. (1987) *Not Only the Poor: The Middle Classes and the Welfare State.* Londres: Allen & Unwin.

STREECK, Wolfang (1997) "German capitalism: Does It Exist? Can It Survive?". New Political Economy, 2(2) julho 1997.

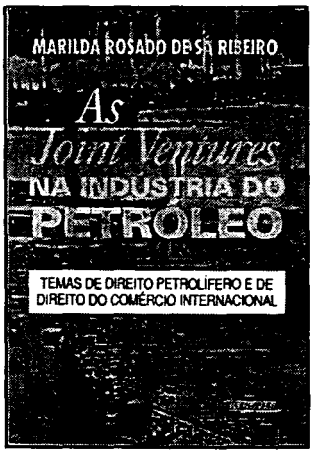
TOURAINE, Alain (1998) "A Política do 'Dois e Meio". *O Estado de S. Paulo,* 7 de novembro, 1998.

WILHEIM, Jorge, Lourdes Sola e Luiz Carlos Bresser Pereira, orgs. (1999) *Reforma do Estado e Sociedade.* São Paulo: Editora da UNESP, a ser publicado em 1999.

As *Joint Ventures* na Indústria do Petróleo

Temas de Direito Petrolífero e de Direito do Comércio Internacional

Marilda Rosado de Sá Ribeiro



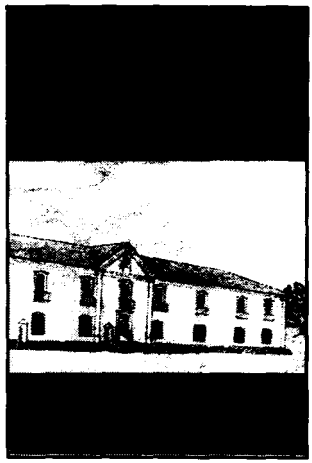
Nesta obra a autora faz relembrar verdades, às vezes esquecidas, de que as disciplinas jurídicas não são estanques; e da relatividade da divisão do Direito, em público e privado; acabando por indicar tendência, ainda não unanimemente aceita, de reconhecimento do Direito Petrolífero, como ramo autônomo do Direito.

Ref. 0139 **Brochura** **290 págs.**
Form. 14x21 **1997**

As Modalidades de Prisão Provisória e seu Prazo de Duração

Roberto Delmanto Junior

O autor analisa à luz da Constituição da República de 1998, do Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos de Nova Iorque e da Convenção Americana sobre Direitos Humanos — Pacto de San José da Costa Rica, todas as modalidades de prisão provisória existentes em nosso ordenamento processual penal, e seu prazo de duração, que é comparado com a legislação de inúmeros países. São feitos, ainda, comentários à lei brasileira e à jurisprudência de nossos Tribunais.



Ref. 0169 **Cartonado** **356 págs.**
Form. 16x23 **1998**